

# **CLIPPING IMPRESSO**

**30/04/2022**



# INDICE

---

1. ASSESSORIA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. INSTITUCIONAL	
2.1. JORNAL O PROGRESSO.....	2 - 3
3. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)	
3.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	4

# A justiça da nova era

**OSMAR GOMES DOS SANTOS**

\*Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís. Membro das Academias Ludovicenses de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.



Bom, aprendi com alguns mestres das letras e da escrita jornalística que o termo Justiça, assim, com “J” maiúsculo, remete à instituição Poder Judiciário. Por outro lado, justiça com “j” minúsculos seria o resultado dos demais casos, o direito no caso concreto, que alcança a todos e que se traduz em forma do sentimento de que a justiça foi feita.

Em alguns escritos, assim como no pró-

prio meio jurídico, o emprego das maiúsculas visa conferir algum destaque para algumas palavras dentro de um contexto. Uso aqui, portanto, um misto da forma usual e aquela considerada mais rebuscada para enaltecer a Justiça.

O Poder Judiciário nunca foi tão essencial e em nenhum momento da sua história avançou tanto em tão pouco tempo. Hoje, resguarda os direitos e garantias da nação, dos mais elementares aos mais complexos.

Uma Justiça que de norte a sul, de leste a oeste, acompanha as mudanças sociais, que participa de novos embates, consolida jurisprudência e está pronto para atuar nos casos específicos de momentâneo vácuo legislativo.

Essa é uma instituição que repousa no uso de novas ferramentas, na modernização de seu parque tecnológico, na gestão racional de recursos materiais e em respeito aos recursos que a Terra oferece à humanidade.

Há cerca de uma década, talvez menos, a virtualização dos procedimentos, baseados em modernos sistemas de informática, era realidade em alguns poucos tribunais. A dependência de insumos materiais e da presença física dos operadores do Direito, dos servidores e das partes na lide processual era grande.

No entanto, se por um lado a pandemia da Covid-19 trouxe perdas para milhões de pessoas; por outro lado contribuiu para que a humanidade pudesse rever conceitos, posturas, comportamentos e se reinventar.

Provável que tenha sido este o momento

da história em que mais rapidamente a tecnologia avançou. Novas ferramentas, especialmente de relacionamento, interligaram pessoas em tempo real com máxima eficiência.

O Judiciário surfou nessa onda de modernização e o que se vê atualmente é a concretização daquele sonho de uma década atrás. Vivemos hoje uma Justiça 4.0, significando que suas bases estão fincadas na tecnologia.

A justiça chega em bites, que transitam a uma velocidade jamais vista. Petições, liminares, despachos, decisões, mandados. Aos poucos, o Judiciário volta a trilhar o caminho do tempo razoável, assegurando a celeridade processual.

Hoje, a tecnologia permite a participação em audiências a distância. Juízes, advogados, promotores, partes, testemunhas que estão a centenas de quilômetros, podem se encontrar em uma sala virtual e exercer seus papéis na trama processual.

Essa nova configuração garantiu um ganho em escala na produtividade da Justiça. A exemplo do Maranhão, no último biênio o que se viu foi algo surpreendente. Foram mais de 38 milhões de atos realizados, com destaque para quase 1,5 milhão de decisões e sentenças.

Para a Justiça, e também a justiça, definitivamente o futuro chegou. Bom que se diga, um futuro que não para, pois a tecnologia passa por um franco progresso e, mais que nunca, está na palma das mãos e ao alcance de todos.

# **Advogada de Imperatriz expõe lentidão do Judiciário Maranhense - P3c1**

# Advogada de Imperatriz expõe lentidão do Judiciário Maranhense

Imagem de Internet (Reprodução)

**Raimundo Primeiro**

Ousada, destemida e muito apaixonada por sua profissão, a advogada Lucélia Diogo postou, em suas redes sociais, uma manifestação contra a lentidão dos processos no Judiciário em geral.

A advogada manifestou a sua indignação com a demora do Poder Judiciário em promover a resolução dos processos. Demora esta que acaba por prejudicar a imagem do advogado perante seus clientes, pois estes têm a falsa impressão de que o seu processo não “anda rápido” por culpa do advogado.

Além disso, a advogada Lucélia Diogo, que já exerce a profissão há mais de quatorze anos, afirma que, em sua jornada de trabalho, “já presenciou muitos cidadãos que até perderam suas vidas, enquanto pleiteavam, junto ao Poder judiciário, um benefício Previdenciário”.

Acrescenta: “Você já pensou como se sente a família em ver um ente querido seu perecer, sem sequer ter usufruído de um direito seu, por que a sentença de um processo demorou demais a sair? Isso é algo totalmente injusto”.



**Lucélia Diogo: “O cidadão precisa esperar por quase quatro anos para ter uma sentença proferida em seu processo”**

Hoje, no Estado do Maranhão, segundo dados do próprio Tribunal de Justiça, a duração média, entre a abertura e baixa processual, é de 1401 ((mil, quatrocentos e um) dias. O cidadão precisa esperar por quase quatro anos para ter uma sentença proferida em seu processo.

“Esperamos que, com a vir-

tualização dos processos e a evolução dos trabalhos, que agora também podem ser executados de forma remota, sejam, cada vez mais, utilizados mecanismos pelo Poder Judiciário para diminuir o tempo de tramitação processual, e, assim, prestar uma assistência judiciária mais célere a todos os cidadãos”.

## Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua [acarloslua@folha.com.br](mailto:acarloslua@folha.com.br)



### Herança de Terra arrasada

O Dia do Planeta Terra, criado em 22 de abril de 1970, completou 52 anos. A data surgiu em um momento de agravamento da questão ecológica global, despertando uma consciência sobre a biodiversidade e outras questões ambientais para proteger o Planeta.

Os setores desenvolvimentistas da sociedade não estão ouvindo os alertas sobre a degradação ambiental e preferem seguir buscando uma prosperidade material insana e insensata.

Se nos recusarmos obstinadamente a descarbonizar nossos estilos de vida, o aquecimento global tornará inabitáveis áreas inteiras do nosso planeta durante a segunda metade deste século.

O horizonte do apocalipse ecológico está estimado para 2050 e deve impactar fortemente os jovens que recebem uma herança ambiental de Terra arrasada.

Se houver agravamento do aquecimento global rumo ao extermínio em massa das espécies – o chamado Ecocídio – ocorrerá a aniquilação da vida futura. Saímos da situação de superávit ambiental para o quadro de déficit ecológico.

O impacto humano sobre o meio ambiente superou a capacidade regenerativa do Planeta, com o mundo passando a conviver com um déficit ambiental crescente no percentual de 75%.

O Planeta está esquentando em velocidade nunca vista desde o surgimento dos primeiros ancestrais do ser humano há cerca de 3 milhões de anos.

Estamos caminhando para um território desconhecido. A humanidade já superou a capacidade de carga da Terra. O estilo de vida médio da população mundial ultrapassou os limites da resiliência do Planeta, criando uma situação insustentável.

As mudanças ambientais se transformaram em “emergência climática”, presente no cotidiano das atuais gerações com acontecimentos desagradáveis em cascata, com as emissões de gases de efeito estufa. O Planeta precisa ter mais qualidade de vida para todas as espécies, incluindo o Homo sapiens.

### Bomba-relógio

Com nossas práticas predatórias, nos tornamos uma bomba-relógio na eclosão de novas pandemias. A tirania do PIB, a cultura de medir a prosperidade de um Estado em função de sua riqueza material, está começando a ter resultados paradoxalmente antieconômicos e mortíferos.

### Notícias

Em meio ao mar de notícias ruins, o Sistema Único de Saúde (SUS) – embora com muitos problemas de subfinanciamento e questões relacionadas à operacionalização – continua sendo a tábua de salvação para a maior parte dos brasileiros.

### Polêmica

Tem causado polêmicas e intensos debates a proposta de Reforma Tributária do Governo Federal que estabelece a absurda taxa de 12% sobre o preço de livros, um segmento até então isento de impostos no Brasil. Há um fator ético e moral nesta questão, que pesa negativamente no bolso dos leitores.

### Livros

A taxa vem na contramão da campanha em favor do livro e da leitura criada nos últimos 25 anos. O livro tem uma aura simbólica positiva e no nosso processo de formação de leitores vem corrigir um atraso multissecular, que incentiva a cultura massificada em detrimento da cultura literária.

### Tributação

Decididamente, a tributação absurda sobre o livro é inaceitável e contraditória. Ela desrespeita um princípio constitucional e prova que o Governo Federal não valoriza a cultura e não quer formar um país de leitores.

### Discrepâncias

O impacto financeiro de 12% sobre o preço do livro não colabora para as políticas públicas em prol da educação. Muito pelo contrário, mostra as discrepâncias históricas do nosso país, que se reflete na falta de valorização da cultura.

### Obstáculos

A taxa que o Governo Federal tenta impor sobre o preço do livro cria obstáculos para o desenvolvimento da economia editorial. Não se trata de discutir quem são os leitores de livros. Fica evidente que a tributação é motivada por uma ranço passadista.

### Falacioso

Levantar a ideia de que os livros são mercadoria de luxo das elites e que é possível taxá-lo sem um impacto maior dos consumidores das classes C e D é algo tão fundamentalista e falacioso quanto dizer que a Terra é plana.

### Responsabilidade

Com a taxa, o Estado Brasileiro se exime de qualquer responsabilidade em relação ao futuro do país, no que toca ao desenvolvimento da educação, da cultura e da ciência. A cadeia de produção do conhecimento começa no autor — e fica evidente que a formação do autor nesse processo é importante na formação do leitor.

### Ambivalente

Independentemente do gênero editorial e do tipo de livro que se vende no mercado, ele sempre será um produto ambivalente, que tem poder simbólico, dialogando diretamente com o grau de cultura e educação do país.